

ASSIM COMO NOSSOS PAIS? CONJUGALIDADE: REPETIÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E CRIATIVIDADE

*AS OUR PARENTS BEFORE? COUPLE RELATIONSHIP:
REPETITION, TRANSFORMATION AND CREATIVITY*

*¿ASÍ COMO NUESTROS PADRES? CONYUGALIDAD:
REPETICIÓN, TRANSFORMACIÓN E CREATIVIDAD*

*Eunides Almeida**

*Roberta Carvalho Romagnoli***

RESUMO

A prática de atendimento a casais tem evidenciado que muitos dos conflitos recaem sobre as identificações de cada um dos parceiros com a dinâmica relacional entre o casal parental. Entretanto, compreender a conjugalidade exige considerar o contexto histórico, político, social, cultural e econômico no qual ela é forjada, posto que as expectativas e ideais que fundam o vínculo conjugal são inseparáveis dessas circunscrições. Nesse contexto problematizamos a repetição dos dilemas vividos entre os pais pelo casal atual, evidenciando a possibilidade de desconstrução e reconstrução de um novo sentido sobre a dinâmica amorosa. A psicanálise de família e casal tem oferecido amplo debate sobre o papel da herança familiar na constituição das subjetividades, colocando ênfase na questão da transmissão psíquica em suas malhas. Concluímos que a apropriação do legado envolve uma margem de liberdade e criatividade no processo de autoformação individual e na dinâmica do novo casal.

Palavras-chave: relações conjugais; transmissão psíquica entre gerações; identificação; posicionamento; criatividade.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Minas Gerais, Brasil.

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, Brasil.

ABSTRACT

The practice of couple therapy has made evident the fact that many of the conflicts occur due to each partner's identifications with his or hers parents' couple dynamics. On the other hand, understanding conjugal life demands consideration of the historical, political, social, cultural and economic contexts which forge it. In this perspective, we focus on the repetition performed by the couple, which is based on the dilemmas once lived between the parents, highlighting the possibility of deconstruction and reconstruction of a new meaning for dynamics of loving relationships. Family and couple psychoanalysis has been promoting a vast discussion about the role of family inheritance. In the constitution of subjectivities, highlighting the question of psychic transmission. In the formation of the subjectivity. We conclude that the appropriation of an inheritance implies a margin of freedom and creativity. In the process of individual self-formation and in the dynamics of the new couple.

Keywords: couple relationship; psychic inheritance from parents; identification; positioning; creativity.

RESUMEN

La práctica de atendimento a parejas ha evidenciado que muchos de los conflictos ocurren a causa de la identificación de cada miembro con la dinámica de la pareja parental. Sin embargo, comprender la conyugalidad exige considerar las circunstancias históricas, políticas, sociales, culturales e económicas que la forman, ya que las expectativas e ideas que erigen el vínculo conyugal son inseparables de estas circunstancias. En este contexto problematizamos la repetición de los dilemas vivenciados por los padres de la pareja destacando la posibilidad de desconstrucción y reconstrucción de un nuevo sentido para la dinámica amorosa. El psicoanálisis de familia y pareja posibilita un debate amplio sobre el papel del legado familiar en la constitución de las subjetividades, evidenciando la transmisión psíquica en sus constituciones. Se concluye que la apropiación del legado posee un margen de libertad y creatividad en el proceso de autoformación individual y en la dinámica de la nueva pareja.

Palabras clave: relaciones conyugales; transmisión psíquica entre generaciones; identificación; posicionamiento; creatividad.

Introdução

A prática de atendimento psicoterapêutico a casais tem evidenciado que muitos de seus conflitos recaem sobre suas primeiras relações afetivas. Alguns teóricos sustentam que durante a socialização primária as figuras parentais se tornam fortes referenciais afetivos para a construção da realidade subjetiva e, assim, a dinâmica da conjugalidade entre o par parental poderá servir como modelo para as relações amorosas (Eiguer, 1984, 1985, 1998, 2006a/2012, 2006b/2012, 2012b).

Os dilemas que se manifestam na vida conjugal têm estimulado inúmeros estudos para a compreensão desse fenômeno, boa parte deles explicita-o a partir de um determinismo psíquico, ora entendido de modo absoluto e ora como não sendo absoluto; e, ainda, existem aqueles que questionam qualquer forma de determinismo dessa natureza (André, 2009; Berenstein, 2011; Eiguer, 2009; Moguillansky, & Nussbaum, 2011; Moreno, 2010). Essa preocupação se estende não apenas ao espaço psicoterapêutico, uma vez que as situações de violência doméstica entre os casais atingem proporções tão expressivas em nossa sociedade – muitas delas de maneira camuflada, como no caso da violência psicológica –, que vêm demonstrando o quanto o espaço conjugal é uma questão social, transgeracional e, por conseguinte, pública, podendo ser perpetuada pelos próprios atores e pela sociedade. Apesar de nossa práxis no trabalho com casais também esbarrar em aspectos correlacionados à família de origem, desenhados e reforçados pelo contexto sociocultural no qual se desenvolvem as subjetividades, questionamos em que medida as escolhas amorosas dos sujeitos e maneiras de viver a intimidade se manifestarão alicerçadas pelas subjetivações e cristalizações realizadas na socialização primária em relação à conjugalidade parental.

A dificuldade de dismantelar as vicissitudes que resultam dessas identificações, que muitas vezes atravessam as gerações, revela o quanto, por vezes, ainda que seja possível, torna-se difícil dismantelar na realidade subjetiva os modelos que são tomados nas primeiras relações afetivas e inscritos nas subjetividades. Além disso, descobrir a originalidade e autenticidade em relação a ser si mesmo e ao modo de ser casal, diferenciando-se dos modelos que remetem a sofrimentos por vezes incompreensíveis aos próprios casais, também se mostra uma tarefa difícil. Essa problemática nos leva a refletir sobre as possibilidades reais quando os modelos inscritos nos horizontes nos quais se desenvolvem as conjugalidades apresentam aspectos desfavoráveis à realização de um projeto de vida em comum e, não obstante, ao encontro entre duas alteridades, duas subjetividades com histórias e dinâmicas familiares singulares.

Nesse contexto, realizamos uma pesquisa que teve por objetivo geral analisar a conjugalidade de casais da camada média da região Sudeste do Brasil, enfatizando as possibilidades de uma ação criativa e reinvenção de outras dinâmicas de relacionamento frente aos modelos conjugais parentais e socioculturais. Neste trabalho apresentamos um recorte teórico do material produzido a partir dos seminários orientados pelo professor Dr. Alberto Eiguer no laboratório da Universidade Paris Descartes, durante o doutorado sanduíche financiado pela Capes, no período de agosto de 2014 a junho de 2015. Para rastrear os efeitos da herança familiar que atravessa as gerações, efetuamos uma pesquisa teórica, procurando dialogar com os autores da psicanálise de família e casal que têm se dedicado ao estudo desse fenômeno a fim de conhecer conceitualmente os atravessamentos da transgeracionalidade e sua articulação com a vida conjugal.

Ao se propor analisar teoricamente o texto de Freud “Além do princípio de prazer” em articulação com o texto *Thalassa* de Sandor Ferenczi, Figueiredo (1999) examina procedimentos metodológicos pertinentes a um estudo teórico, o que nos serviu de guia para nos orientar em nossa pesquisa. Nesse sentido, utilizamos, como proposto por Figueiredo (1999), uma modalidade de exame dos textos que busca associar as unidades investigadas em um todo que conserva certa coerência. Ao adotarmos esse viés hermenêutico, sustentamos as tensões inerentes à leitura sistemática. Essas tensões remetem ao fato de que essa leitura sistemática nos possibilita expor de forma “[...] clara, concisa e justificada o que seriam as ‘teses’ do texto” (Figueiredo, 1999, p. 18), mas, ao mesmo tempo, essa leitura permite “[...] passar em branco o ‘atlétrico’ do texto, ou seja, o movimento de sentido que não chega a se fixar em ‘teses’ e que, ao contrário, lança permanentemente as ‘teses’ para além e para aquém de si mesmas” (Figueiredo, 1999, p. 18). Mediante essas tensões fomos atribuindo sentidos aos textos estudados, cientes de que nossa interpretação não se esgota e nem reduz completamente o que foi estudado. Esses estudos apresentam a conjugalidade como matriz de vida psíquica, buscando os conteúdos psíquicos que transitam na herança intrafamiliar e que servem de referência para o processo de identificação, como apresentado a seguir.

A transmissão da vida psíquica e a apropriação

Ao nascer e se inserir no mundo, o sujeito não elege a sociedade, a cultura ou a família a que irá pertencer. Ele é lançado em um espaço marcado por um discurso e um modo de vida no qual transitam valores, prescrições, proibições, crenças e ideais, tudo isso oferecido como um alimento que deverá nutri-lo de

forma que possa pertencer ao conjunto. O que precede a existência se coloca continuamente nas linhas que tecem as subjetividades. Todavia, o sujeito se torna protagonista da sua história, pois escreve parte dela ou pode reescrevê-la, o que pode significar, em última análise, se recriar. Trata-se de um processo de transmissibilidade, mas principalmente trata-se de uma maneira singular de apropriação que pode resultar em ato criativo.

Falar de transmissão é debruçar-se sobre o que é veiculado de uma geração à outra, do grupal ao individual, de um indivíduo a outro; decifrar significados, culturas, costumes e valores. É aqui que o tema da transmissão – tão caro à psicanálise de Família e Casal – adquire maior expressividade e relevância, revelando sua complexidade ao destacar a força dos mais diferentes atravessamentos da herança familiar e social que operam no processo de subjetivação, colocando o campo intersubjetivo no coração da transmissibilidade (Eiguer, 1997/2005; Eiguer, 2006a/2012; Kaës, 2013). A relação com o outro para a compreensão da gênese do aparelho psíquico vem traduzindo a subjetividade como uma produção forjada em meio ao campo intersubjetivo (Kaës, 2013). Nessa perspectiva, a família contemporânea e ancestral e as mais diversas tradições socioculturais que as marcam são vivamente transmitidas nas malhas que tecem os seus herdeiros. Diante disso, o sujeito da herança é traduzido como aquele que é predeterminado pelos vínculos familiares e sociais preexistentes e contemporâneos, embora não o concebamos totalmente determinado por essa realidade irrefutável.

Observamos que, em função de uma urgência em construir uma metapsicologia de grupo, família e casal em face dos desafios da contemporaneidade, os estudos sobre a transmissão psíquica entre os sujeitos e as gerações privilegiaram decifrar mais o ato da passagem de seus conteúdos do que as particularidades que remetem à apropriação da herança. A apropriação do legado possui várias implicações relativas à constituição do sujeito que remetem às suas qualidades. Uma delas esbarra na questão da margem de liberdade para posicionar-se diante da herança familiar e social, resultando na possibilidade de autocriação forjada no encontro entre indivíduo e mundo.

O conceito de transmissão psíquica vem sendo construído por vários estudiosos do âmbito psicanalítico, colocando em destaque a escola francesa, na qual as produções de Alberto Eiguer e René Kaës ocupam lugar importante em sua fundamentação. A transmissão dos conteúdos psíquicos se efetiva por meio de um processo de identificação e de alianças inconscientes. Esse processo é uma resposta a uma urgência própria da condição humana em transmitir e receber; intercâmbio que também faz parte da realidade intersubjetiva e que, além disso, diz respeito ao material que deverá nutrir o sujeito de modo a participar de sua

formação. Todavia, esse encontro não se faz sem algum grau de tensão, já que será exigido de todos os sujeitos um processo trabalhoso de separação do eu e do não eu, o que tangencia outras questões.

Sobre a cadeia de transmissão geracional se apoiam várias formações da psique do sujeito, uma vez que nela circula, se transmite e se produz matéria psíquica, formações comuns ao sujeito singular e igualmente ao conjunto (Kaës, 2013). Entretanto, o que se transfere? “São essencialmente *as configurações de objetos psíquicos* (afetos, representações, fantasias), isto é, *objetos munidos de seus vínculos, incluindo sistemas de relação de objeto*” (Kaës, 1997/2005, p. 4). Considerando que o sujeito do grupo não é sujeito de um único grupo, se transmitem as formações de ideal, ritos, mitos e referências identificatórias. O sujeito poderá herdar por identificação, incorporação, apoio, bem como por suas exigências próprias. A transmissão se faz pela intermediação verbal ou não verbal e pode se processar de forma consciente ou inconsciente (Granjon, 2006/2012).

A herança condiciona e estrutura o grupo. Todavia, também participa ou perturba, organiza ou desorganiza a vida psíquica e a construção do vir a ser de cada um e do conjunto (Granjon, 2006/2012). Existe amplo estudo dos objetos que são marcados pelo negativo, embora esse não seja o único tipo de transmissão. Nesse caso se transmite “[...] preferencialmente, aquilo que não se contém, aquilo que não se retém, aquilo de que não se lembra: a falta, a doença, a vergonha, o recalçamento, os objetos perdidos e ainda enlutados” (Kaës, 1997/2005, p. 4).

Entretanto, encontra-se também a transmissão de um legado organizador, uma herança benévola e reparadora, recortando ao mesmo tempo as situações mais próximas da normalidade, a exemplo dos princípios éticos, de vida, de valores, tradições, pelo valor que eles oferecem no respeito mútuo e no sentido de responsabilidade individual e coletiva, “[...] de uma cultura familiar que serve de base pela sua riqueza e força” (Eiguer, 2007, p. 43). Todavia, de acordo com Eiguer (1997/2005), mora ao lado da função organizadora e benévola a parte maldita da herança, com a qual o sujeito poderá lutar ou coexistir.

Kaës (2013) delimita quatro áreas no processo de transmissão: a transmissão intrapsíquica, a transmissão intersubjetiva, a transmissão transpsíquica e a formação do eu, sendo esta última a instância fundamental para que o fenômeno da transmissibilidade se efetive. A intrapsíquica aborda o transporte da matéria psíquica de uma instância à outra e a exigência de um trabalho de sua transformação. Na esfera intersubjetiva os conteúdos que transitam através dos espaços psíquicos são passíveis de modificação. Entretanto, podem ocorrer falhas no processo de transmissão e aquilo que é veiculado poderá não encontrar as condições necessárias para que se realizem transformações. Nesse caso, certos elementos do

passado, quando não são devidamente elaborados, são reativados e reatualizados na vida psíquica dos descendentes, podendo tanto iluminar quanto obscurecer suas vidas (Granjon, 2006/2012; Eiguer, 2007; Kaës, 2013).

As contribuições de Nicolas Abraham e Maria Torok permitiram o avanço das pesquisas em torno das falhas no processo de transmissão, destacando o papel de uma falta que é ocultada, o segredo e a não simbolização (Kaës, 2013). Para esses autores, a falta de elaboração das experiências traumáticas, como os horrores experimentados nas catástrofes sociais, resulta em aspectos patológicos na transmissão. A ausência de espaço para as lágrimas, as palavras e o lembrar das cenas que se desenrolaram significa que tudo é bruscamente engolido e enterrado no interior do sujeito, numa espécie de sepultura secreta traduzida como uma cripta; que é construída “com as pedras do ódio e da agressão” (Abraham, & Torok, 1995, p. 255).

É a partir dessas considerações que Kaës (2013) irá desenvolver o que nomeia campo transpsíquico. Nessa esfera não é possível realizar a transformação da matéria, uma vez que entre os sujeitos não existe espaço para essa ação. Esse tipo de transmissão refere-se a um material psíquico bruto, que ao ser transmitido deixará suas impressões na vida psíquica dos descendentes. Nesse caso, percebe-se uma tendência à repetição da matéria transmitida que não foi absorvida pela função simbolizante da palavra na geração precedente (Kaës, 2013). Esses modelos, longe de serem apagados da memória coletiva, tornam-se fontes identificatórias que podem se manifestar nos filhos, levando-os por vezes a se sentirem como se não fossem eles mesmos, mas o outro em questão, ou mesmo de estar a serviço desse outro (Eiguer, 2007).

O Eu aparece como a instância psíquica cuja posição intermediária entre o mundo interior e o exterior permite que todas as formas do processo de transmissão ocorram (Kaës, 2013). Tal função se revela como filtro e regulação entre os dois mundos, implicando que a transmissão efetivada sem essa mediação é aquela na qual não opera uma intervenção transformadora do eu, indicando a ocorrência de uma falha na filtragem, o que ilustra o fenômeno da transmissão transpsíquica.

O termo “transmissão psíquica” pode ser traduzido como produção intersubjetiva da psique (Kaës, 2013). O psiquismo é forjado no vínculo com o outro, de modo que a vida psíquica é singular e plural – e isso significa que o vir a ser do sujeito não é um processo exclusivamente individual (Granjon, 2010, 2011). O indivíduo necessita do espaço familiar e sociocultural para sua formação, essa é uma exigência constitutiva de sua condição e sem a qual não pode ele tornar-se humano. São dois invólucros que se encarregam de nutrir e oferecer sentido à existência.

A família se diferencia de outros tipos de alianças, pois “[...] nenhum outro grupo se propõe a concepção e a formação de uma criança e nem oferece um lugar semelhante à transmissão” (Eiguer, 2012b, p. 49). Espaço no qual se forja a vida psíquica, a família coloca em cena as vozes contemporâneas e ancestrais, é zona de produção das subjetividades e transmissora de bens sociais e culturais (Eiguer, 1998, 1997/2005, 2006b/2012, 2012a; Granjon, 2006/2012; Kaës, 1997/2005, 2013). A família é grupal na medida em que religa, articula e organiza os espaços psíquicos diferentes, individuais e comuns num invólucro psíquico, como uma verdadeira pele do grupo. E, por fim, é subjetivante, pois em seus vínculos e no espaço psíquico grupal a matéria psíquica se desloca, se transforma e se produz, permitindo o desenvolvimento e a evolução de seus membros, o que a coloca na posição de fonte dos psiquismos singulares (Granjon, 2006/2012; Kaës, 2013). Nesse espaço intersubjetivo, a criança que surge é reconhecida pelo grupo que a acolhe como parte integrante e estará sujeita aos seus investimentos, bem como às identificações conscientes e inconscientes com cada um de seus membros.

Para Aulagnier “[...] a psique e o mundo se encontram e nascem um com o outro, um através do outro” (1975/2014, p. 30), pois o sujeito humano é um ser em contínua situação de encontro com o meio físico-psíquico que o envolve. Disso resulta que todo ato, toda experiência, bem como todo vivido dá lugar a formas de representação que derivam das exigências do encontro do Eu com o ambiente que o acolhe. O entorno sociocultural atravessa as subjetividades dos pais e é transmitido aos filhos. Entretanto, o espaço intrafamiliar comporta outras vozes, e todos os membros do grupo participam da constituição de uma cadeia discursiva polifônica e singular que trabalhará na formação de cada um e do novo indivíduo que emerge (Granjon, 2010, 2011, 2006/2012). Cada membro é convidado a trabalhar sobre o material que se transmite de geração em geração, posto que haja quase sempre um trabalho de reconstrução em sua passagem.

Como pontua Granjon (2010, 2006/2012), tomar a palavra no discurso e poder dizer “eu” não é tarefa simples, na medida em que nem sempre a criança encontra um ambiente com as condições favoráveis ao seu surgimento. Essa trajetória – que inaugura o processo infundável de sair da condição de sujeito falado para tornar-se sujeito falante e traçar a própria diferença nesse caminho – se torna bem mais complexa quando a criança se depara com labirintos, portas cerradas, zonas sombrias e silenciosas, figuras ameaçadoras e espelhos distorcidos. É uma das funções da família oferecer condições para que a criança se aproprie de sua história, e isso ocorre na medida em que ela é compartilhada pelo seu grupo de pertencimento, criando, desta forma, um espaço apropriado para que possa pensá-la e fantasiá-la até torná-la própria. O processo de apropriação é um tra-

balho criativo que envolve todos os membros da família e, além disso, é fonte de criatividade individual.

O que significa poder dizer “eu” num processo que envolve o confronto entre continuidade e diferenciação, filiação e autonomia? Em parte significa que em meio ao discurso familiar e social a criança não é passiva, mas participa ativamente da história compartilhada à sua maneira. Aulagnier (2014) expõe que o Eu de cada sujeito não pode ser tomado como mero receptor, como um ser passivo a um discurso que o antecede. Trata-se de uma instância que convive com duas dimensões, aquela provinda do discurso e aquela que se recusa a ser tão somente o seu espelho. Isso quer dizer que há algo que continuamente teima por intervir, elaborar, resistir e reinventar, demonstrando que, em alguma medida, o sujeito é resultado de um processo de autocriação. Portanto, o ser humano não é totalmente determinado pelo discurso que o fala.

Mas existem situações em que o processo de transmissão e apropriação falha. Quando a matéria que se apresenta encontra-se em estado bruto e não elaborado, os acontecimentos do presente apenas provocam sua reatualização e sua repetição. O seu ressurgimento desorganiza os vínculos intersubjetivos, não oferecendo as qualidades exigidas para o trabalho de metabolização que normalmente o aparelho psíquico familiar é capaz de realizar (Granjon, 2010). Seria possível escapar dessas tramas quando uma herança negativa se impõe e, por vezes, parece colocar o sujeito numa posição de obrigatoriedade em assumir para si ou em si aquilo que não lhe pertence? Quais seriam suas reais possibilidades frente a uma herança, seja ela de que natureza for?

Entre a determinação e a não determinação: o lugar do sujeito ante o legado familiar

Moguillansky e Nussbaum (2011) expõem que a questão do indeterminismo na psicanálise de família e casal tem sido colocada em discussão de maneira mais radicalizada por Isidoro Berenstein e Janine Puget e de forma mais moderada por outros. As noções de repetição e de causalidade histórica são revisitadas por esses dois autores e colocadas à prova ao lado de uma focalização maior no papel do novo e do acontecimento. Para aqueles que possuem uma postura mais moderada, avaliamos que, embora defendam que a família contemporânea e a ancestral, assim como os enunciados socioculturais, formem um espaço que determina a constituição do sujeito, não se trata de um determinismo absoluto por várias razões.

O *après-coup* permite pensar em um não determinismo absoluto, bem como considerar a capacidade de transformar conteúdos psíquicos e criar algo novo no próprio modo de ser e se relacionar, correspondendo a um deslocamento psíquico que conduz à invenção (André, 2013). Como enfatiza Eiguer (2009), os defensores de um determinismo infantil por vezes parecem desconhecer esse fenômeno que, conforme afirma, segue o mesmo raciocínio da teoria do caos.

O fenômeno do *après-coup* permite vislumbrar a capacidade do sujeito de posicionar-se e tornar-se ativo em sua história. Na psicanálise familiar e de casal, essa noção é particularmente evocada, tanto no que diz respeito à possibilidade de trabalhar os conteúdos psíquicos transmitidos de geração em geração, quanto por enfatizar aquilo que de novidade emerge nessas relações, por vezes provocado por circunstâncias inéditas (Eiguer, 2009). De tal maneira, o *après-coup* demonstra a plasticidade da realidade psíquica e evidencia a capacidade de pensar e se reposicionar diante dos acontecimentos vividos, o que resulta em autocriação. No entanto, essa possibilidade de remodelagem não se aplica exclusivamente às situações de golpes, mas também a circunstâncias comuns do dia-a-dia, àquelas em que o sujeito vivencia os mais diversos acontecimentos dentro e fora do tecido familiar e que o colocam frente a toda a sorte de significados, enunciados, valores, crenças, ideais e outros mais. Para alguns autores, como Eiguer (2009; comunicação pessoal, 22 de maio de 2015) e Kaës (2013), as situações comuns que atravessam a existência provocam no sujeito um constante rearranjo do passado, em sua realidade subjetiva, na medida em que *a posteriori* ele reflete sobre sua própria história.

Ao tratar das crises conjugais, Eiguer (2009) evidencia duas abordagens que se dispõem a analisá-las. Uma traduz os sintomas da crise como sendo o retorno de antigos esquemas nos quais cada um dos parceiros permanecera fixado – e isso significa que sua dinâmica é traduzida de forma linear, em que o passado decifra aquilo que acontece no presente. A outra considera que o presente implica também em algo de novo, sendo governado por leis indeterministas. Nessa perspectiva, os aspectos ligados ao passado e envolvidos na organização criada pelo casal seriam insuficientes para a compreensão dos elementos complexos, novos e incomuns que se destacam na díade. Esse caso se aplica às descobertas da teoria do caos, quando os movimentos quase imperceptíveis são negligenciados ao lado de fenômenos mais significativos, podendo causar amplas consequências mais adiante. Embora a relação de causa e efeito esteja presente nesse quadro, não segue as leis usuais, dada a imprevisibilidade dos fenômenos humanos. Para Eiguer (comunicação pessoal, 22 de maio de 2015), quando se fala em indeterminação,

não se significa a inexistência de causa e efeito, mas se considera que ela não corresponde a uma lógica de previsibilidade.

O *après-coup* revela tanto a existência de uma abertura que pode ou não ser efetivada pelas contingências do dia-a-dia, quanto uma propriedade para conferir um sentido novo ao vivido. Ao mesmo tempo, esse fenômeno acentua uma temporalidade que se apresenta de maneira fluídica e dinâmica e não como uma flecha linear que se lança do passado em direção ao futuro, uma vez que, nessa última perspectiva, o passado estaria dado de maneira irreversível, desferindo os seus efeitos sobre o presente e, contrariamente, quando a questão apresenta o tempo de forma subversiva – não se resumindo à inversão, mas desorganizando a própria lógica e cronologia –, em lugar de um passado dado e imutável, haveria uma sucessiva produção em que a história, e acrescentamos, a subjetividade, se recriam continuamente (André, 2009; Eiguer, 2009).

Ajuizamos que o *après-coup* possui características fundamentais que se aplicam à questão da constituição do sujeito humano, na medida em que evoca as ideias de *movimento, abertura, transformação, posicionamento e criação*, todas elas impraticáveis se não existisse uma margem de liberdade. Esse movimento aponta para o fato de que a própria subjetividade produzida nas relações inter-humanas perde um aspecto de fixidez e rigidez e adquire um *status* de fluidez e plasticidade.

A abertura oferece visibilidade ao trânsito que ocorre entre a interioridade e a exterioridade e evoca a psique como uma instância aberta às experiências do indivíduo com o mundo, cujos conteúdos se produzem e se transformam continuamente nas relações intersubjetivas. É essa abertura que permite as trocas, os posicionamentos pessoais e as transformações de significados, fantasias e sentidos, a individualização, o reconhecimento do outro como alteridade, assim como as criações e mesmo as repetições, pois presumimos que estas últimas não se efetivam sem motivações. Eiguer (comunicação pessoal, 22 de maio de 2015) afirma que, mesmo que o psiquismo não seja totalmente aberto, levando em conta a sua inacessibilidade direta, é justamente essa abertura que permite novos caminhos, anteriormente não tomados. Sem alguma abertura ao outro, é impossível a constituição da sociabilidade e do próprio eu (Winnicott, 1990), e sem a intersubjetividade não existe psique, pois esta é forjada nos conjuntos (Kaës, 2013). Essa fenda no espaço psíquico, como afirma Eiguer (comunicação pessoal, 22 de maio de 2015), é uma abertura para o funcionamento mental e para a criatividade.

A transformação, traduzida como a possibilidade de conferir um novo sentido aos eventos passados, produz alterações na subjetividade, abrindo espaço para pensar em autocriação. E, por fim, uma última característica do *après-coup* se refere ao fato de que o sujeito se posiciona em relação aos acontecimentos vi-

vidos, empregando-lhes um sentido que poderá se refazer continuamente. Nessa perspectiva, o sujeito não se reduz a um produto passivo de um discurso familiar e social, pois, se há posicionamento, há uma leitura pessoal dos acontecimentos, há disposição para transformar até mesmo os conteúdos psíquicos em alguma medida, delineando uma capacidade de intervir na própria formação, o que permite pensar numa margem de autocriação. Todavia, poderíamos falar de posicionamento, movimento, transformação e criação sem considerar que haja indícios de liberdade no sujeito?

Se a transmissão se realiza por um aparelho inconsciente capaz de interpretar e construir sentido a partir das situações vividas pelo sujeito, isso certamente sublinha a sua função transformadora e inclusive criativa (Ciccone, 2012; Kaës, 2013; Roberts, 2015). Assim, a capacidade de transformar a herança garante ao sujeito certo grau de liberdade e de criatividade diante de tudo o que lhe é imposto como transmissão (Ciccone, 2012).

Eiguer (comunicação pessoal, 22 de maio de 2015) nos explicita que existe uma margem de liberdade para se posicionar e isso assegura ao sujeito o direito de recusar o legado, acolher de uma forma imitativa, idêntica e global ou tomá-lo parcialmente. Em geral, o que a experiência mostra é que as identificações ocorrem de forma parcial e são trabalhadas no interior do indivíduo. De acordo com o autor, existem prescrições que são impostas como uma obrigatoriedade, porque não são colocadas em discussão, de maneira que o sujeito se identificará e *après-coup* irá compreendê-las. Entretanto, existem inúmeras questões que entram no processo de formação da criança e que o próprio espaço familiar e sociocultural permite colocar em discussão: essa é uma característica do ambiente humano. Aquilo que é colocado em discussão passa pelo filtro do critério da criança, de maneira que ela poderá decidir por fazer diferente. Tais considerações parecem se aproximar das colocações de Ciccone (2012) ao afirmar que no sujeito humano coabitam a repetição e a criação. Contudo, levando em conta que, como explicita Eiguer (comunicação pessoal, 22 de maio de 2015), o sujeito pode recusar-se a identificar-se com isso ou aquilo, talvez isso nos permita concluir que a repetição de uma matéria ou modelo com o qual o sujeito se identifica é também o resultado de um posicionamento, pois aquele não se identifica sem posicionar-se. Isso significa que, mesmo quando o sujeito repete, ele usou sua margem de liberdade para fazê-lo? Se for assim, algumas repetições não poderiam ser descritas como uma determinação da qual não se pode escapar, e talvez seja o caso de pensá-las mais sob a ótica das motivações que conduzem o sujeito a posicionar-se identificando com isso e não com aquilo, ainda que elas venham a ser, em sua maioria, inconscientes. Isso se justifica porque o fato de existirem motivações para um

posicionar-se não determina que o indivíduo as siga necessariamente, o que também evidencia alguma liberdade.

Ciccone (2012) afirma que, embora haja certa liberdade ante o legado, o sujeito só não transforma o material negativo que não encontrou espaço de elaboração. Contudo, se o espaço terapêutico oferece ao sujeito condições de elaborar e transformar essa matéria, isso significa que mesmo ante essa realidade sua capacidade transformadora e a liberdade entram em jogo.

Existiria lugar para o radicalmente novo na psicanálise familiar? Berenstein (2011) e Puget (2008) trazem densas reflexões, questionando radicalmente o determinismo psíquico. Moreno (2010) nos diz que durante muito tempo o imotivado não encontrou lugar na clínica psicanalítica, posto que em seus primórdios apoiou-se na prerrogativa de que nada permanece fora da determinação causal do aparato psíquico, ainda que se admitisse certa plasticidade por meio do *après-coup*. Essas primeiras formulações, em sua concepção, terminaram por obstacularizar o caminho para o surgimento do radicalmente novo e da infinitude do inconsciente.

Existe um risco de se colocar de forma absoluta numa perspectiva determinista que exclui totalmente a novidade radical ou, ao contrário, numa visada de uma contingência absoluta. A saída para essa armadilha, segundo Moreno (2010), seria considerar os pontos de inconsistência ou incompletude encontrados em toda estrutura, oportunizando produções que podem dar lugar a um acontecimento; uma vez que seja conhecido e inegável que as estruturas mudam e que tudo evolui, obrigando a admitir que o domínio da causa não consiga esgotar de maneira absoluta os efeitos. Se isso fosse possível, “[...] tudo permaneceria exatamente igual a si mesmo desde sempre” (Moreno, 2010, p. 132). Diante disso, só é possível o radicalmente novo numa estrutura que se movimenta e é passível de mudanças.

Berenstein (2011) e Puget (2008) destacam o surgimento do novo nos vínculos intersubjetivos por meio do conceito de *presença* e do acontecimento. De acordo com Berenstein (2011), *acontecer* produz a abertura de um tempo e não reconhece objetividade, causa ou efeito. Para os dois autores, o encontro entre a alteridade de cada um é da ordem da presença. Isso significa que o outro, em sua diferença e no que possui de alheio, é irredutível às representações prévias. Puget (2008) explicita que, nessa perspectiva, o encontro não tem história e que é justamente o efeito da *presença* que cria uma nova história, sendo a mesma gerada a partir do presente. Nessa base, afirma que é necessário considerar a existência de um princípio de incerteza, pois o encontro entre dois ou mais sujeitos terá efeitos imprevisíveis. Isso significa, do ponto de vista de Moguillansky e Nuss-

baun (2011), que eles consideram inexequível determinar como será uma relação e os comportamentos dos sujeitos a partir de uma determinação psíquica e da subjetividade de cada um e, por essa razão, se distanciam da noção de repetição e causalidade psíquica.

Cogitamos que, ainda que um novo vínculo seja o início de um processo de subjetivação imprevisível, em que as produções desse espaço fazem surgir algo novo tornando os sujeitos diferentes do que eram em outras relações, essa organização não poderia partir de um nada, como se cada subjetividade pudesse ser apagada e as escolhas e posicionamentos do passado não interferissem, em alguma medida, na atualidade. A novidade deve ser percebida no curso da vida, em todos os gestos criativos que fazem surgir um modo de ser, pensar e agir, com as particularidades que diferenciam cada sujeito humano; a começar pelo gesto espontâneo do bebê, cuja fonte, como afirma Winnicott (1970), parte de seu verdadeiro Eu em potencial.

A novidade se apresenta quando a criança filtra o material disposto no mundo de maneira pessoal, diferenciada e imprevisível. Ela se mostra desde cedo, quando a criança *a posteriori* recria a sua história, quando se recusa a identificar-se radicalmente com isso ou com aquilo, quando responde de uma maneira criativa e diferente de todas as expectativas geradas em torno dela, quando o seu modo de ser ultrapassa o campo das identificações em função de um trabalho interior que é único e que a diferencia. E quando o novo resulta em algo prazeroso, não podemos deixar de presumir que irá se repetir, não como obrigatoriedade, mas quem sabe como escolha.

Aliança conjugal: eu, você, nossos pais e os outros

Para vincular-se ao outro é necessário estabelecer algum tipo de aliança que se ocupará em organizar a vida em comum. As alianças que formam qualquer tipo de grupo são marcadas pelo campo social e cultural. A escolha do parceiro envolve a complexidade das tramas amarradas na história de vida de cada um, sem a qual o sujeito não é e com a qual ele realiza suas escolhas. Existem aspectos conscientes que entram em jogo, uma vez que a escolha passa por critérios de valores adquiridos culturalmente, por interesses pessoais que envolvem, por exemplo, convicções políticas, padrões estéticos e sociais, crenças diversas, expectativas pautadas em enunciados socioculturais (Almeida, 2012; Costa, 1998). Por outro lado, existem elementos que escapam à consciência, como o transgeracional e os diversos con-

teúdos organizados pelo sujeito em face dos posicionamentos efetivados em sua história de vida.

As alianças inconscientes fundam e organizam a vida em comum, incluindo ou excluindo os elementos desejáveis e indesejáveis respectivamente, a fim de evitar conflitos e discórdias (Kaës, 2009/2014). Existem alianças que possuem função estruturante para a vida psíquica e aquelas que são alienantes, destrutivas e até patológicas. Qualquer que seja o fundamento, a função e a finalidade, as alianças inconscientes “[...] estabelecem relações, todas elas intersubjetivas, trans-subjetivas e sociais, tanto as que vinculam as gerações entre elas como as que vinculam os contemporâneos entre si” (Kaës, 2009/2014, p. 15). A conjugalidade se diferencia de outros tipos de alianças por envolver a sexualidade no acordo amoroso, um contrato de reciprocidade, projeto de vida compartilhado e reconhecimento mútuo (Berenstein, 2011; Eiguer, 2008, 2006a/2012, 2012c; Kaës, 2009/2014).

Eiguer (1998, 2006b/2012) explicita que desde os momentos inaugurais a escolha do parceiro envolve uma aliança que coloca em cena os movimentos inconscientes compartilhados, os afetos, as representações e identificações, os ideais e as expectativas de reciprocidade. Cada parceiro traz para essa dinâmica o modelo de identificação observado acerca do “relacionamento de seus pais, de seu interfuncionamento, de sua interação, ou melhor, o que ele representa” (Eiguer, 2006b/2012, p. 89).

Segundo Eiguer (1985), existem três organizadores inconscientes da família, e esta se inaugura a partir de algum tipo de aliança entre o casal. São eles: a escolha do parceiro, o eu familiar e os fantasmas partilhados. A organização remete os parceiros a um árduo trabalho concernente às representações de vínculo que cada um traz de sua história de vida, pois o organizador convive com dois lados, aquilo que possibilita estruturar a vida comum, mas também aquilo que pode gerar conflitos.

Diz-nos Eiguer (1998), em relação à escolha edípica, que existe um consenso de que a proibição ao incesto seja universal, sendo esta a fundadora do princípio exogâmico. Nessa escolha se evidenciam três tipos de representações envolvidos no transcurso identificatório que devem ser considerados nesse processo: a representação da mãe, associada à parceira, a representação do pai, objeto de identificação do filho, e a representação do vínculo pai-mãe, comportando a interação amorosa, ou seja, como um age em relação ao outro, sendo esta associada e representada no vínculo rapaz-moça. No sentido inverso o mesmo se aplica à mulher. Assim sendo, quando o homem encontra uma mulher e se dispõe a construir uma parceria amorosa, na realidade ele “reencontra” sua mãe, na medi-

da em que entram em jogo as representações de objetos inconscientes em torno da figura materna e, ao mesmo tempo, aquelas relacionadas ao vínculo entre os objetos, ou seja, o interfuncionamento do casal parental. De tal modo, o filho homem poderá se identificar com a figura paterna e adotar os mesmos comportamentos e atitudes de seu pai em relação à sua mãe. No instante em que ele se dirige à sua companheira de forma similar ao seu pai, já está implícita uma espécie de expectativa em obter respostas de sua eleita que se assemelhem àquelas que sua mãe devolveu aos investimentos de seu esposo. Eiguer esclarece que “[...] a relação amorosa permite que o filho se identifique ao pai que deseja a mãe...; a um pai que ‘age por amor’ e que desperta amor” (1985, p. 32). O que pode ocorrer na medida em que o parceiro se revela diferente em seu modo de ser e tentamos reduzi-lo ao campo de nossas representações prévias?

Eiguer (2006b/2012) expõe que podem ocorrer induções de condutas, de emoções e representações no outro em função das expectativas inconscientes geradas a partir das vivências infantis; e pensamos que podem ocorrer até mesmo as induções de aspectos considerados indesejáveis. Tanto o desconhecido do alheio como o diferente do outro podem ameaçar a segurança e o mundo interior do sujeito, mas, quando antigas certezas começam a se transformar em perguntas e em dúvidas, talvez o encontro entre duas alteridades possa resultar em oportunidade para transformar e recriar.

Se a partir da relação de um casal lidamos com a complexidade de seu atravessamento na subjetividade dos filhos, o que pensar quando outras conjugualidades da linha familiar perfuram a realidade psíquica de seus descendentes depositando suas crenças, cuidados, valores, atitudes de respeito, companheirismo, alteridade, fidelidade, reconhecimento, gratuidade, generosidade, amor, ideais e tantos outros, de forma a iluminar suas vidas; mas também deixam seus rastros revelando – embora tentando ocultar – o lado mais sombrio, como os desamores, culpas, adultério, perversões sexuais, incestos, mentiras, estupros, roubos, assassinatos, prisões e tantos tipos de violências cometidos em seus vínculos? Para nós, aquilo que precede a existência do sujeito e que persiste atravessando o psiquismo da rede familiar, produzindo diversos sofrimentos em suas mais diferentes expressões, merece um olhar atento quanto às possibilidades de transformação dessa dura realidade que tantas vezes resiste e prossegue dando voz ativa a seus fantasmas.

Segundo Eiguer (2006b/2012), inúmeras crises conjugais se produzem em função de uma trama inconsciente que implica um objeto transgeracional. O transgeracional atua na vida do casal e por vezes desempenha um papel decisivo e nocivo em sua relação (Eiguer, 1998). Eiguer (1998) pontua que o casal, por

meio de um processo identificatório, poderá repetir em seu vínculo os modelos do par parental, avós e mesmo ancestrais. Um desses vínculos pode se reatualizar em discussões ou em projetos. Nessa perspectiva, os cônjuges e seus ancestrais podem, por exemplo, ser associados a um objeto transgeracional pessoal, o qual se encontra inscrito no aparelho psíquico. Tal objeto pode influenciar o psiquismo do sujeito em sua passagem, inclusive determinando suas condutas e a sua vida amorosa.

O processo de identificação tem sido reconhecido por vários autores como o coração da transmissão da vida psíquica e, como afirma Eiguer (2012a), esta dependerá do que a criança fará com o seu legado. Essa assertiva, em nosso entender, expõe a identificação como um movimento que é produzido pelo sujeito a partir do que a realidade lhe impõe. Portanto, estamos falando de um eu que é ativo e que responde de maneira pessoal. Abre-se o campo da imprevisibilidade, pois é impossível prever ou esgotar os elementos entrelaçados em uma única identificação e, mais ainda, no intercruzamento de várias identificações com vários sujeitos da teia intrafamiliar e do campo sociocultural. Ao mesmo tempo, ajuizamos que essa imprevisibilidade não se explica simplesmente em razão das possibilidades de modelos disponibilizados e suas imposições, mas principalmente em virtude de um posicionar-se que diz muito mais sobre quem é o sujeito ativo nesse fenômeno do que meramente sobre uma “*capacidade para*” ou um campo de possibilidades.

Calculamos que a identificação, como explicitada por Eiguer (2012a), revela alguns aspectos que merecem reflexão. O primeiro deles é o fato de o autor propor sua compreensão atrelada ao campo intersubjetivo, especificamente pela maneira pessoal como o sujeito vive na própria pele o contato com aquilo que vem do outro. O segundo ponto é o processo de identificação pensado como intercâmbio entre os sujeitos que possibilita transformações. O autor afirma que ao entrar em ressonância com o outro o sujeito se coloca em seu lugar e se identifica com o seu vivido e, nesse sentido, para compreendê-lo vive-o em si mesmo, ainda que ambos sejam diferentes. Adota ainda o termo “*digerir*” em comparação ao modelo biológico, num sentido em que introjetar significa integrar algo do outro em si mesmo, confundindo o aspecto interligado com sua própria substância. O outro deverá ser considerado como alguém próximo e, em seguida, ser incluído no próprio mundo. Sem essas exigências não há identificação com aquilo que vem do outro, com um de seus traços pessoais.

Intriga-nos que em meio a tantas possibilidades o indivíduo se identifique com determinados traços e não outros que também estão disponíveis. Talvez se possa argumentar, por exemplo, que tudo depende do discurso e expectativas dos pais dirigidos àquele filho. No entanto, não podemos excluir o fato de que

o modo de ser dos filhos ultrapassa o discurso produzido e, por vezes, segue em sentido contrário ou diferente. Como expõe Eiguer (2012a), a identificação não é algo que se dita a uma criança, mas se trata de um processo natural e dela dependerá o que o indivíduo fará com sua herança. O que ele alcançar desenhará – acrescentamos: “em parte” – o seu vir a ser. Afirmar que é algo que não se dita levanta dois pontos fundamentais: que o ato de identificar-se é um fenômeno próprio do ser humano, ocorrendo independentemente da vontade dos pais; e que um filho não é como argila nas mãos de um escultor que assume única e passivamente a forma de seu desejo, mas participa ativamente desse processo.

Eiguer (2006b/2012) expõe que existe uma articulação entre a organização do casal atual e os conflitos ulteriores e a identificação às figuras parentais e casais ancestrais. No entanto, calculamos que, quando os filhos presenciaram atitudes e comportamentos conflitantes, agressivos, abusivos ou mesmo violentos entre seus pais, é preciso considerar que, embora o vivido infantil possa ser reeditado em um vínculo conjugal atual, se existe uma margem de liberdade para posicionar-se no encontro entre o sujeito e o mundo, o que justifica a imprevisibilidade desse intercâmbio, não se pode afirmar que irão fatalmente repetir-se nos relacionamentos as mesmas cenas assistidas entre os pais. Assim sendo, diante da liberdade para posicionar-se, ser e fazer diferente, talvez a repetição do vivido infantil – atrelada ao processo de identificação – possa ser melhor compreendida pelas motivações pessoais diante de cada vivência. Se for assim, quem sabe a questão não repouse tanto sobre o *porquê* (causa) o sujeito repete e sim no *para que* (sentido) ele repete.

Considerações finais

A conjugalidade tem se revelado como um dos espaços de formação do sujeito humano. A relação entre os pais serve de modelo para os filhos e pode tornar-se um espaço favorável ou não para o desenvolvimento destes e do próprio casal. Não podemos afirmar que a conjugalidade seja sempre uma repetição das primeiras impressões construídas pelo sujeito no seu vivido infantil. Desde muito cedo a resposta singular do sujeito em seu encontro com o mundo demonstra a imprevisibilidade desse intercâmbio. Se a repetição se coloca no seio do vínculo conjugal, ela não é o único elemento que deve ser levado em consideração, como nos lembra Roberts (2015) e, além disso, é preciso pensar na possibilidade de transformar o vivido, principalmente naqueles aspectos que são desfavoráveis à relação do casal. Apesar da identificação com o modelo conjugal dos pais entrar em cena na vida amorosa dos sujeitos, o casal atual é uma nova organização for-

jada na imprevisibilidade (Eiguer, 1998). Deste modo, “[...] a conjugalidade convida o passado e o atual [...], a repetição e a criação” (Roberts, 2015, p. 84) e “[...] o novo é o encontro entre a alteridade e o estrangeiro” (Roberts, 2015, p. 85).

Mas se alguns insistem no velho esquema infantil que toma lugar na organização do casal adulto, calculamos que o *après-coup* provocado pelas situações mais comuns do dia-a-dia permite uma desconstrução, transformação e criação de um novo sentido. Situações que podem envolver um face a face entre sujeitos, tais como encontros entre amigos ou familiares, celebrações, ambiente acadêmico, político, entre outros, como também aquelas que se aplicam à leitura de um livro, um filme, uma pintura, uma música, e tantas outras que atravessam o mundo cultural, que podem ser motivadores para o surgimento do novo. Assim sendo, os acontecimentos novos que assaltam os sujeitos continuamente podem ser agentes de criatividade. Considerando o *après-coup* e o fato de que o sujeito pode alcançar um amadurecimento e distanciar-se dos primeiros modelos infantis (Eiguer, 2012a), questionamos: por que alguns elementos que causam tantos sofrimentos parecem insistir na vida a dois? Quem sabe isso se justifique pela ausência de espaço para a elaboração ou pelo fato de as vivências ulteriores terem sido insuficientes para provocar um *après-coup*, ou, ainda, porque existem mais motivações inconscientes para mantê-los do que para desmantelá-los.

Pensamos que as possibilidades de identificar-se parcialmente, inteiramente ou, ainda, de recusar-se a qualquer tipo identificação, como destaca Eiguer (comunicação pessoal, 22 de maio de 2015), denunciam que antes mesmo de a identificação alavancar existe um posicionamento pessoal, seja ele consciente ou inconsciente. Isso significa que identificar-se ou não de um modo e não de outro é o desfecho final de um posicionamento pessoal. Contudo, poderia haver posicionamento sem decisão, motivação e liberdade? Poderia haver criatividade sem algum grau de liberdade?

Se o espaço familiar é um lugar de transformação e criação, calculamos que o mesmo se aplica ao casal. Compreendemos que o modo de ser do casal não é algo que possa ser pensado em termos de rigidez, e sim de fluidez e plasticidade. Nesse espaço, a interfantasmática, conforme argumenta Eiguer (1998), é uma atividade que amplia as possibilidades de transformação e criação no intercâmbio entre os parceiros. Outro caminho favorável para pensar em transformação e criatividade é apontado por Winnicott (1970). O contato com o Eu verdadeiro e autêntico, conforme Winnicott (1970) explicita e coaduna Eiguer (2012a), permite a desconstrução de um falso self ou falso Eu e, além disso, a diferenciação entre si e o outro.

Presumimos que o falso *self* também pode habitar no vínculo do casal e ser reforçado quando o Eu verdadeiro não encontra lugar para o seu desabrochar. Todavia, quando existe abertura suficiente o espaço entre o casal tem tudo para ser favorável ao ser si mesmo. Se por um lado a vida conjugal é um palco de repetições dos modelos parentais e ancestrais com os quais cada um se identificou, por outro lado pode ser que a diferença que é peculiar a cada um seja como um fermento que o impulsiona em direção a desconstruções de antigos sentidos atribuídos ao vivido, que, por vezes, perturbam sua vida, bem como para a criação de algo novo.

No que diz respeito ao transgeracional, cada casal possui em suas mãos o seu destino, e mesmo que por vezes viver em casal pareça uma aposta na qual cada um dos parceiros constrói a relação com materiais antigos, trata-se de uma nova organização, portanto imprevisível e, além disso, existe a possibilidade de produzir rupturas com os mandatos que atravessam as gerações, ainda que, por vezes, isso não implique numa total erradicação (Eiguer, 1998). Concluindo, nas palavras de Eiguer em relação ao casal: existe algo que é “[...] criado na idade adulta e dentro da criação há uma potencialidade para a mudança que se gera pelo fato mesmo de ter havido essa criação” (comunicação pessoal, 22 de maio de 2015). O ato criativo é inerente ao ser humano, afirma Winnicott (1975). E se somente o Eu verdadeiro pode ser criador e sentir-se como real, isso significa que existe uma pulsão criadora que o impulsiona em direção a si mesmo e ao mundo a fim de imprimir-lhes um gesto criativo. A criatividade deve ser percebida como o colorido pessoal que um gesto imprime em face da realidade exterior. Isso significa que há uma pulsão criativa que se agita em cada contato com a realidade exterior e interior e que se expressa das mais diversas formas na vida cotidiana. Os fenômenos externos podem ser desfavoráveis para que o indivíduo entre em um processo criativo e tudo aquilo que é original e criativo pode permanecer escondido e sem qualquer sinal de vida. O indivíduo pode viver de maneira criativa ou não. Todavia, a própria existência só é sentida em seu valor quando se pode criar, pois se trata de uma realização que faz emergir o próprio eu. Essa realidade, em nosso entender, é o que pode revelar o sujeito humano, em certa medida, como co-criador em sua autoformação.

Para Eiguer (2009), o que representa melhor a novidade é cada um dos parceiros poder ajudar o outro a se descobrir, fazendo emergir aspectos que permaneciam inativados em seu inconsciente. A partir do momento em que eles se mostram e se efetivam em gestos, podem gerar comportamentos e realizações imprevisíveis. Seguindo esse raciocínio, pensamos que um poderá ajudar outro inclusive a se transformar, não naquilo que se deseja, mas naquilo que aproxima o outro de seu ser mais autêntico.

Referências

- Abraham, N., & Torok, M. (1995). *A casa e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Almeida, E. (2012). *Portas entreabertas: o individualismo narcísico e o amor nas relações de conjugalidade em contexto pós-moderno*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- André, J. (2009). L'événement et la temporalité. *Revue française de psychanalyse*, 5(73), 1285-1352.
- André, J. (2013). O a posteriori transferencial dos traumas do início da vida. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 16(spe), 127-140. Recuperado em 8 jun. 2015 de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982013000300009&lng=en&tlng=.10.1590/S1516-14982013000300009>.
- Aulagnier, P. (2014). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1975)
- Berenstein, I. (2011). *Do ser ao fazer: curso sobre vincularidade*. São Paulo: Via Lettera.
- Ciccone, A. (2012). *La transmission psychique inconsciente: identification projective et fantasme de transmission*. Paris: Dunod.
- Costa, J. F. (1998). *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Eiguer, A. (1984). Le lien d'alliance, la psychanalyse et la thérapie du couple. In Eiguer, A., Ruffiot, A., Berenstein, I., Padron Estarriol, C., & Decobert, S. (Orgs.), *La thérapie psychanalytique du couple* (p. 1-51). Paris: Dunod.
- Eiguer, A. (1985). *Um divã para a família. Do modelo grupal à terapia familiar psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Eiguer, A. (1998). La théorie groupale du couple. Eiguer, A. [Autor], *Clinique psychanalytique du couple*. Paris: Dunod.
- Eiguer, A. (2005). Le part maudite de l'héritage. In Eiguer, A., Carel, A., André-Fustier, F., Albertel, F., Ciccone, A., & Kaës, R. (Orgs.), *Le générationnel. Approche en thérapie familiale psychanalytique* (p. 13-70). Paris: Dunod. (Original publicado em 1997)
- Eiguer, A. (2007). Le surmoi et le transgénérationnel. In *Le divan familial*, 1(18), 41-53. Recuperado em 6 mar. 2015 de <www.cairn.info/revue-le-divan-familial-2007-1-page41.htm>. DOI: 10.3917/difa.018.0041.
- Eiguer, A. (2008). *Jamais moi sans toi*. Paris: Dunod.
- Eiguer, A. (2009). La crise du couple: trois hypothèses théorico-cliniques alternatives. In *Cahiers critiques de thérapie familiale et de pratiques de réseaux*, 1(42), 113-127. DOI 10.3917/ctf.042.0113.
- Eiguer, A. (2012). Le don e la dette ou le malentendu de la generosité. In Eiguer, A., Granjon, E., & Loncan, A. (Orgs.), *La part des ancêtres* (p. 11-38). Paris: Dunod. (Original publicado em 2006a)

- Eiguer, A. (2012). Le couple et son héritage ancestral. In Eiguer, A., Granjon, E., & Loncan, A. (Orgs.), *La part des ancêtres* (p. 87-100). Paris: Dunod. (Original publicado em 2006b).
- Eiguer, A. (2012a). Os vínculos intersubjetivos na família: função da identificação. In Gomes, I. C., & Fernandes, M. I. A. (Orgs.), *Diálogos psicanalíticos sobre família e casal* (p. 19-32). São Paulo: Zigodoni.
- Eiguer, A. (2012b). Interprétation dans les thérapies psychanalytiques de couple et de famille: la touche finale. *Revue internationale de psychoanalyse de couple et famille* 11, 49-64. ISSN 2105-1038.
- Eiguer, A. (2012c). La parenté déboussolée e la violence de la non-reconnaissance. In Nicoló, A. M., & Eiguer, A. (Orgs.), *La violence dans la famille e dans le couple* (p. 183-194). Paris: Press Éditions.
- Figueiredo, L. C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta.
- Granjon, E. (2010). La famille: un lieu pour s'approprier son histoire. In Delion, P. et al. *Quelles transmissions autour des berceaux?*, Êrès "1001 bébés" (p. 23-47). DOI 10.3917/eres.presm.2010.01.0023.
- Granjon, E. (2011). La thérapie familiale, lieu d'élaboration du transgénérationnel. In: Jean-Bernard Chapelier, J.B. et al. *Groupe, contenance et créativité*, Êrès "Groupes thérapeutiques" (p. 191-202). DOI 10.3917/eres.chape.2011.01.0191.
- Granjon, E. (2012). S'approprier son histoire. In A. Eiguer, E. Granjon, & A. Loncan. (Orgs.), *La part des ancêtres* (p. 39-58). Paris: Dunod. (Original publicado em 2006)
- Kaës, R. (2005). Dispositifs psychanalytiques et émergences du générationnel. In Eiguer, A., Carel, A., André-Fustier, F., Albertel, F., Ciccone, A., & Kaës, R. (Orgs.), *Le générationnel. Approche en thérapie familiale psychanalytique*. Paris: Dunod. (Original publicado em 1997)
- Kaës, R. (2005). Pour inscrire la question du lien dans la psychanalyse. *Le Divan familial*, 15, 73-94.
- Kaës, R. (2013). Le sujet de l'héritage. Introduction au concept de transmission psychique dans la pensée de Freud. In Kaës, R., Faimberg, H., Enriquez, M., & Baranes, J. (Orgs.), *Transmission de la vie psychique entre générations* (p. 1- 58). Paris: Dunod.
- Kaës, R. (2014). *As alianças inconscientes*. São Paulo: Ideias & Letras. (Original publicado em 2009)
- Moguillansky, R., & Nussbaum, S. L. (2011). *Psicanálise vincular: teoria e clínica*, v. 1. São Paulo: Zagodoni.
- Moreno, J. H. (2010). ¿Hay lugar para lo indeterminado en psicoanálisis? In I. Berenstein. (Org.), *Clínica familiar psicoanalítica. Estructura y acontecimiento* (p. 115-162). Buenos Aires: Paidós.
- Puget, J. (2008). Le sujet du monde, le monde du sujet. *Ce qui s'impose, Revue française de psychanalyse*, 3(72), 815-825.
- Roberts, P. (2015). Le couple: permanence e transformations. In R. Kaës et al. *Crises et traumas à l'épreuve du temps: Le travail psychique dans les groupes, les couples et les institutions* (p. 69-98). Paris: Dunod.

- Winnicott, D. W. (1970). Distorsion du moi en fonction du vrai et du faux self. In Winnicott, D. W. [Autor], *Processus de maturation chez l'enfant. Développement affectif et environnement*. Paris: Payot.
- Winnicott, D. W. (1975). *Jeu et réalité*. Paris: Gallimard. (Original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago.

Recebido em 06 de novembro de 2015
Aceito para publicação em 08 de junho de 2017